

Planejamento na incerteza

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES *

Uma visão panglossiana e mal informada do que são o “mercado global” e o processo de “destruição criadora” proporcionado pela abertura econômica radical vem predominando no discurso dos novos economistas que dominam a equipe econômica do governo. Alguns construíram “estereótipos” de mercado e concorrência (supostamente inspirados em Schumpeter) que conduziram a uma reestruturação passiva da indústria, capaz de produzir efeitos benéficos pelo aumento da escala e da eficiência das empresas sobreviventes.

Uma “terceira onda” supostamente atrairia novas Empresas Transnacionais, que se comportariam como verdadeiras E.T., no sentido da ficção científica, dispostas a correr riscos desconhecidos, além dos já conhecidos “Custo e Risco Brasil”, para fazer o país ingressar na era da globalização.

Este simulacro de “navegação mercadológica” contrasta acentuatamente com a visão estratégica moderna de um ilustre homem de empresa com notória experiência internacional, o Dr. Eliezer Batista, a quem tive o prazer de escutar recentemente. No seu entendimento dos problemas contemporâneos, só é possível obter uma inserção internacional adequada do país se o Estado brasileiro tiver um planejamento estratégico que contemple uma visão sistêmica e holística de desenvolvimento sustentado.

Para chegar a essa visão, Eliezer parte de uma pergunta fundamental: o que existe de capacidade produtiva no país que se encontre desaproveitada e cuja utilização seria mais barata que o seu sucateamento? Leva também explicitamente em conta uma consideração óbvia nas experiências asiáticas e européias bem-sucedidas: o caminho da inserção internacional não é oposto ao da integração produtiva nacional. Pelo contrário, esta última é a base de sustentação que deve produzir sinergias suficientes para,

nos lançarmos ao novo tipo de concorrência internacional. Sendo esta eminentemente arriscada, requer, para a orientação da tomada de decisões estratégicas das empresas, uma sólida base de projetos logísticos de apoio e de decisões públicas estratégicas que sejam mantidas ao longo de um plano plurianual de investimentos que possa ser levado a sério.

Para Eliezer, os eixos espaciais de desenvolvimento já existentes devem ser reforçados e modernizados com um planejamento da infra-estrutura que se apóia em três vetores: logística, energia e telecomunicações, que aumentem a eficiência sistêmica do espaço físico já ocupado. As indústrias e a utilização dos recursos naturais devem contemplar simultaneamente o respeito à ecologia e a melhoria de condição de vida da população. As vantagens comparativas que o país já possui em termos de água, energia e biodiversidade devem ser reforçadas e complementadas no espaço sul-americano, a começar pela viabilização de um potencial energético maior.

O sistema de transportes, além de escolher as soluções mais simples e econômicas de integração multimodal, deve contemplar a construção de um porto continental, com manejo logístico de *containers* que permitam rotas competitivas pelo Atlântico Sul e atinjam a Ásia, passando pela África do Sul. O único porto em condições de desempenhar esse papel no Brasil seria o Porto de Sepetiba tal como concebido originalmente. Tal como vão as coisas, arriscamo-nos a perder para a Argentina ou o Uruguai a possibilidade de que isso ocorra.

O apoio às modernas indústrias de comunicação e inteligência tem de ser acompanhado da formação educacional desde a base da população até os centros de excelência universitários e da adaptação e produção interna de novas tecnologias. Nos projetos energéticos e de transporte, os ecossistemas não podem ser agredidos, quanto mais não seja por “razões pragmáticas”, já que não obteríamos financiamento internacional complementar aos recursos

captados internamente.

Neste processo de desenvolvimento sustentável, estrategicamente apoiado, o setor de bens de capital, a população e o espaço físico não podem ser deixados como incógnitas senão que, pelo contrário, são variáveis-programa. De uma programação não linear em que, além disso, os recursos devem ser somados com sinergia. Em linguagem popular, isso significa que dois mais dois devem ser iguais a cinco e não um resultado menor que quatro, como está ocorrendo com a desestruturação sistêmica em curso.

Comparando a série de mapas físicos do Dr. Eliezer que incluem desde os ecossistemas a mapas de transportes, energia e telecomunicações existentes no país e as possibilidades de complementaridade e sinergia que eles indicam — com o pífio rol de projetos do recém-anunciado “Plano de Metas”, verificar-se-á que praticamente não há coincidência.

Até aqui (antes das próximas eleições), do ponto de vista estritamente político das alianças no Congresso e de sua imagem no exterior, ninguém pode pôr em dúvida a “governabilidade” do pacto de poder que sustenta o governo de Fernando Henrique Cardoso. Mas há fundadas e visíveis dúvidas sobre aquilo que os especialistas norte-americanos chamam de *governance*, isto é a sua capacidade de governo eficaz. A incapacidade de coordenação das equipes técnicas em distintos níveis do aparelho de Estado, sua baixa capacidade de decisão em condições de incerteza e a falta de projetos estratégicos estão levando o país a condições de vulnerabilidade nunca vistas desde o século passado.

Convém lembrar aos “estrategos” do governo, se é que eles existem, que não é apenas com empresas com certificado ISO-9000 (aliás, muito poucas para o universo de empresas existentes ou mesmo comparadas às já quebradas) que se conquista a possibilidade de um desenvolvimento sustentado e com inserção internacional dinâmica.